



Artigo
Article

**CARACTERÍSTICAS DO TRABALHO INFORMAL NA CIDADE DE
ALEXANDRIA/RN EM TEMPOS DE PANDEMIA DE COVID-19**

*CHARACTERISTICS OF INFORMAL WORK IN THE CITY OF ALEXANDRIA/RN IN
TIMES OF PANDEMIC OF COVID-19*

Maria do Socorro dos Santos¹
Emanuely dos Santos Marques²
Boanerges de Freitas Barreto Filho³

RESUMO: Desde 2020 o mercado de trabalho foi bastante impactado pela pandemia da COVID-19, isso por que a medida mais satisfatória para mitigação do grave problema de saúde pública requereu o distanciamento social, cuja implicação econômica mais evidente foi a paralisação de setores inteiros da economia. O estudo tem como objetivo fazer a caracterização do trabalho informal da cidade de Alexandria/RN, buscando analisá-lo no contexto da pandemia de COVID-19. Foram realizadas pesquisa bibliográfica, em órgãos públicos locais (site e Prefeitura), e de campo, com aplicação de questionário. A partir de levantamento preliminar em cadastro da Prefeitura de Alexandria/RN foi constatada a existência de 148 empreendimentos informais, sendo realizada a aplicação de 40 (quarenta) questionários. Conclui-se que a renda obtida é muito baixa (45% dos trabalhadores declararam alcançar um rendimento mensal acima de ½ até um salário mínimo), quase 50% dos pesquisados realizam jornadas de trabalho superiores a 40 horas semanais, 55% nunca atuaram no mercado formal, 77% informaram que desempenham as atividades em vias públicas, 75% indicaram que a família dispõe de outras fontes de renda, embora para 85% dos pesquisados a principal fonte seja proveniente da atividade informal. **Palavras-chave:** Trabalho Informal; Baixa renda; Alexandria/RN.

¹ Bacharela em Ciências Econômicas. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: mariasocorrosantos@alu.uern.br

² Professora do Departamento de Economia, Campus Avançado de Assu, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Brasil. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-4059-0570>. E-mail: emanuelymarques@uern.br

³ Professor do Departamento de Economia, Campus Avançado de Pau dos Ferros/RN, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Brasil. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-1777-3520>. E-mail: boanergesfilho@uern.br

ABSTRACT: Since 2020 the labor market has been greatly impacted by the COVID-19 pandemic, because the most satisfactory measure to mitigate the serious public health problem required social distancing, the most evident economic implication of which was the shutdown of entire sectors of the economy. The study aims to characterize the informal work of the city of Alexandria/RN, seeking to analyze it in the context of the COVID-19 pandemic. Bibliographic research was carried out in local public agencies (site and city hall) and field, with questionnaire application. The preliminary survey was included in the register of the City of Alexandria/RN, with 148 formal undertakings, and 40 (forty) questionnaires were applied. It is concluded that the income obtained is very low (45% of workers declared to achieve a monthly income above 1/2 up to a minimum wage), almost 50% of the surveys perform working hours of more than 40 hours per week, 55% never work in the formal market, 77% reported that they perform the activities on public roads, 75% indicated that the family strips other sources of income, although for 85% of the researches the main source comes from informal activity. **Keywords:** Informal Work; Low income; Alexandria/Brazil.

INTRODUÇÃO

A produção capitalista é permeada pelo “[...] intercâmbio de relações, mercadorias e dinheiro, mas sua *diferença específica* é a compra e venda de força de trabalho” (Braverman, 1987, p. 54). A capacidade de comandar trabalho alheio assegura a extração da mais-valia através da ampliação da jornada de trabalho além do tempo necessário para a produção de mercadorias para o pagamento dos salários dos trabalhadores. A posição privilegiada confere ao detentor de capital a atribuição de organizar a atividade produtiva e o processo de trabalho e isso é feito para que a quantidade de mercadorias produzidas seja suficiente para cobrir os custos e assegurar um incremento ao capital empregado na produção (Marx, 1983).

A compra e venda de Força de Trabalho (FT) se constitui em requisito essencial ao Modo de Produção Capitalista (MPC), assim, grande quantidade dessa mercadoria tem de estar disponível e isso é possível pelo uso sistemático e ampliado de capital constante (máquinas, equipamentos, edificações etc.) para liberar parte dos trabalhadores (Marx, 1983; Braverman, 1987).

Quando os trabalhadores não estão na FT ativa, constituem o Exército Industrial de Reserva⁴ e esse excedente adota estratégias para garantir a sobrevivência, geralmente, ingressando no mercado de trabalho informal. Vale destacar que não existe apenas um conceito⁵ sobre a informalidade, podendo apresentar diferentes concepções, inclusive, em função das diferentes visões de mundo dos autores, bem como, relacionando-se aos propósitos distintos das pesquisas desenvolvidas⁶ (Rocha, Pelógio, 2018).

⁴ “[...] a acumulação capitalista sempre produz, e na proporção de sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente.” (Marx, 1983, p. 731).

⁵ Para Cacciamali (1983 *apud* Lima, Costa, 2016, p. 313), “a definição para caracterizar o setor, o mercado e/ou o trabalho informal dá margem a ângulos interpretativos diversos, pois cada uma das suas condições não se dá, em geral, com a mesma intensidade, nem simultaneamente”.

⁶ “[...] diversos estudos e artigos buscaram discutir o tema da informalidade, mas a partir de diferentes perspectivas: observando a sua importância na geração de ocupações; considerando-a como expressão da rigidez da legislação trabalhista; denunciando-a pela precariedade e insegurança que traz para o mundo do trabalho; enxergando-a como um fato inexorável da transição para uma sociedade de serviços; e entendendo que há um ‘processo de informalidade’ implícito na reorganização econômica contemporânea.

De acordo com Rocha e Pelogio (2018), foi a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1972, que fez referência, primeiramente, ao termo “setor informal” para ressaltar que, apesar da pequena escala, do uso de tecnologias adaptadas, da acentuada intensidade de trabalho, pouco capital, dentre outros aspectos, tal segmento seria economicamente eficiente e lucrativo.

Observa-se a segmentação do mercado de trabalho⁷, sendo a mais evidente a que distingue o trabalho formal e o trabalho informal a partir do (não) estabelecimento de um contrato legal entre as partes. Pode-se afirmar que o trabalho formal é aquele regido, no caso do Brasil, pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), cujos indivíduos se encontram amparados, através de contratos, pela legislação em vigor. Já o trabalho informal pode ser entendido como aquele que não se encontra amparado pela legislação, em que os trabalhadores aceitam se submeter a remunerações mais baixas, ausência de direitos, como décimo terceiro salário, férias remuneradas, dentre outros, sendo caracterizado pela inexistência de vínculo formalizado, em outros termos, sem dispor da Carteira de Trabalho assinada⁸ (Aguiar, 2008).

No Brasil, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2019, apontavam que a força de trabalho era composta por 106,0 milhões de pessoas, sendo 93,4 milhões ocupadas e 12,6 milhões desocupadas. Ainda em relação ao exercício de 2019, os dados sobre a informalidade revelaram a existência de 11,6 milhões de empregados sem carteira de trabalho assinada, 6,2 milhões de trabalhadores domésticos e 24,2 milhões de trabalhadores por conta própria, ou 42 milhões de pessoas ocupadas em categorias estritamente do trabalho informal. (Brasil, 2021).

Os dados indicam uma parcela considerável da FT ocupada no trabalho informal, sugerindo a dificuldade para engajamento no trabalho formal. Acrescente-se que o quadro mais recente do mercado de trabalho foi duramente abalado pela pandemia de COVID-19 e é muito provável que parte dos trabalhadores formais tenha migrado para o trabalho informal e que as dificuldades no segmento informal tenham se acentuado. Nesse sentido, o estudo tem como objetivo fazer a caracterização do trabalho informal da cidade de Alexandria/RN, buscando analisá-lo no contexto da pandemia de COVID-19.

O município de Alexandria/RN se localiza na Região Geográfica Imediata (R. G. I.) de Pau dos Ferros, contando com uma população estimada, em 2020, de 13.553 habitantes, apresentando um Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* de R\$ 9.054,32 em 2017, com Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de 0,606. Em relação ao mercado de trabalho, o percentual da população com rendimento nominal mensal *per capita* de até 1/2 salário mínimo, referente ao exercício de 2010, era de 50,4%, o salário médio mensal dos trabalhadores formais, referente ao exercício de 2018, era de 1,5 salários mínimos, sendo 1.093 pessoas ocupadas (8% da população). (Brasil, 2020).

Essas perspectivas não são necessariamente antagônicas, mas diferenciam o posicionamento dos diferentes interlocutores no debate.” (Rocha, Pelogio, 2018, p. 22).

⁷ Para uma discussão sobre a questão da segmentação do mercado de trabalho brasileiro consultar, por exemplo, Ulyseia (2006).

⁸ “A assinatura da carteira de trabalho por um empregador significa conferir ao empregado benefícios que estão além dos salários, como jornada máxima de trabalho semanal, férias pagas, licença maternidade, aviso prévio no caso de demissão, horas extras, entre outros” (Henley; Arabsheibani; Carneiro, 2009, *apud* Pereira, Galvão, Maxir, 2018, p. 2).

O trabalho traz a Introdução, que apresenta a temática e o objetivo da pesquisa. A seção 2 traça um breve panorama do mercado de trabalho informal no Brasil, contemplando a questão do trabalho informal nas cidades pequenas. A seção 3 apresenta a caracterização da área de estudo e os procedimentos metodológicos. A seção 4 traz os resultados e discussão da pesquisa. Por fim, têm-se as conclusões do trabalho (seção 5).

TRABALHO INFORMAL NO BRASIL

A partir da década de 1970 um novo tipo de organização da produção, adaptado as condições vigentes dadas pela intensificação do processo de globalização, demandou a flexibilização de direitos do trabalho e resultou no aumento de subcontratações, implicando na fragilização do movimento sindical e em redução de serviços prestados pelo Estado. Neste aspecto, as implicações apontaram a redução do número de trabalhadores industrializados (automação e robótica), terceirização do trabalho (ampliação do assalariamento no Setor de Serviços), heterogeneização do trabalho (ampliação do trabalho feminino⁹), subproletarização (subcontratações, precarização, terceirização) e aumento expressivo do desemprego estrutural (Antunes, 1994).

O quadro geral da reestruturação produtiva e da hegemonização exercida pelo ideário neoliberal a partir da década de 1990, com a defesa intransigente pela adoção de medidas liberalizantes, especialmente para os países em desenvolvimento, como ocorreu no Brasil, implicaram em perdas de empregos e ampla flexibilização de direitos do trabalho (Fornazier, Oliveira, 2013).

Pochmann (1999) apontou os efeitos das transformações sobre o mercado de trabalho brasileiro na primeira metade da década de 1990: de cada 10 ocupações criadas apenas duas eram assalariadas e oito não-assalariadas (cinco conta-própria e três não remuneradas), resultando em diminuição de postos de trabalho de boa qualidade (Setor Industrial) e crescimento do Setor de Serviços, especialmente, comércio, serviços pessoais e domésticos (Pochmann, 1999; Baltar, 2003; Dedecca, 2003).

Segundo Pires (2012), o Brasil, dentre 110 países com os maiores índices de trabalhadores na informalidade, ocupava a quarta posição para o período. O referido autor, pontuando estudo realizado pelo Banco Mundial, salienta que a causa mais provável para o elevado desemprego e para uma crescente participação do trabalho informal, como refúgio para a força de trabalho, decorria da rigidez da legislação trabalhista, com destaques para os elevados encargos trabalhistas e custos burocráticos. As causas do crescimento do desemprego e do aumento do trabalho informal eram provenientes da rigidez da legislação trabalhista, conseqüentemente, a solução seria flexibilizar as relações de trabalho, ou seja, garantir as condições necessárias para ampliação da exploração da força de trabalho e aumento dos ganhos do capital (Pires, 2012).

Kon (2004) demonstrou que 58% da força de trabalho estava ocupada no trabalho informal, com predominância daqueles que atuavam por conta própria

⁹ Evidentemente não se considera que a ampliação do trabalho feminino seja um aspecto negativo, mas uma característica do período histórico de expansão do capitalismo que, dentre outras coisas, busca (e encontra) mecanismo para o restabelecimento da acumulação em escala ampliada, ainda que em desfavor de parte considerável da força de trabalho.

(22,3%). Conforme Pochmann (2013) ao longo dos governos de Lula e Dilma Rousseff as estratégias adotadas para potencializar a economia do país foram capazes de gerar cerca de 40 milhões de empregos formais e de reduzir a taxa de pobreza para menos de um terço, representando uma nova tendência de crescimento econômico, com inclusão social e melhoria dos indicadores socioeconômicos do país.

Os dados da PNAD Contínua, de 2019 e 2020, são apresentados na tabela 1, a seguir, e permitem esboçar os impactos da pandemia de COVID-19 sobre o mercado de trabalho brasileiro.

Tabela 1 – Dados da PNAD Contínua de 2019 e de 2020 do mercado de trabalho brasileiro

	2019	2020	Variação (%)
Força de trabalho (em milhões)	106,0	99,5	- 6,1
População Ocupada (em milhões)	93,4	86,1	-7,9
População desocupada (em milhões)	12,6	13,4	+6,7
Taxa de desocupação (em %)	11,9	13,5	+1,6
Nível da Ocupação (em %)	54,6	49,4	-5,2
Empregados do setor privado com carteira de trabalho assinada (em milhões)	33,2	30,6	-7,8
Empregados sem carteira de trabalho assinada no setor privado (em milhões)	11,6	9,7	-16,5
Trabalhadores domésticos (em milhões)	6,2	5,1	-19,2
Empregadores (em milhões)	4,4	4,0	-8,5
Trabalho por conta própria (em milhões)	24,2	22,7	-6,2

Fonte: Brasil (2021).

A redução de pessoas na força de trabalho¹⁰ foi em decorrência da queda da população ocupada¹¹ (menos 7,3 milhões de pessoas na população ocupada). Verifica-se que a população desocupada não cresceu, em milhões de pessoas, numa magnitude aproximada a redução da população ocupada, indicando o aumento de pessoas fora da força de trabalho (Brasil, 2021).

A taxa de desocupação de 13,5% foi a maior da série histórica, mesmo levando em conta a redução da força de trabalho observada em 2020, evidenciando o impacto da COVID-19 sobre o mercado de trabalho. Mesmo não sendo possível colocar toda a responsabilidade sobre a pandemia de COVID-19, tendo em vista que a economia brasileira já apresentava dificuldades, deve-se considerar que a taxa de desocupação no país passou de 12,3% em 2018, para 11,9% em 2019, ou seja, a tendência declinante, de 2018 para 2019, deu lugar a taxa recorde da série em 2020, cujo evento extraordinário da pandemia de COVID-19 pode ser considerado como o principal elemento de desestabilização econômica, em que pesem os vigorosos esforços das atuais autoridades em não contribuírem para um resultado mais satisfatório na gestão macroeconômica (Brasil, 2021).

¹⁰ “As pessoas na força de trabalho na semana de referência compreendem as pessoas ocupadas e as pessoas desocupadas nessa semana.” (Brasil, 2014, p. 17).

¹¹ “São classificadas como ocupadas na semana de referência as pessoas que, nesse período, trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.) ou em trabalho sem remuneração direta, em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou, ainda, as pessoas que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana.” (Brasil, 2014, p. 17).

Já a queda no nível de ocupação¹², em relação ao ano de 2019, é o reflexo da drástica redução de 7,3 milhões de pessoas ocupadas em apenas um ano. Evidencia-se, com os dados da tabela 1, que o número de pessoas ocupadas caiu em todos os estratos observados, inclusive entre os empregadores. Por fim, registre-se que, em 2020, a taxa de subutilização da força de trabalho¹³ alcançou 28,1%, representando 31,2 milhões de pessoas subutilizadas (crescimento de 13,1% em relação ao número de pessoas subutilizadas em 2019). (Brasil, 2021).

A fim de esclarecer a situação da informalidade no mercado de trabalho brasileiro, a partir de dados oficiais, recorre-se ao trabalho Síntese de Indicadores Sociais de 2020:

Em 2019, 39,3 milhões de pessoas estavam ocupadas em suas cinco modalidades (empregado sem carteira, trabalhador doméstico sem carteira, conta própria não contribuinte, empregador não contribuinte e trabalhador familiar auxiliar), o que representou 41,6% da população ocupada, percentual mais elevado da série. Os resultados de 2019 em relação a 2018 mostram que a informalidade se manteve estável em proporção, indo de 41,5% para 41,6%. Em termos absolutos, categorias com maior crescimento entre esses anos ocorreram nos trabalhadores por conta própria não contribuintes (4,7%) e nos empregados sem carteira (3,2%), resultados superiores ao aumento da população ocupada total entre 2018 e 2019 (2,5%). (Brasil, 2020, p. 22).

Verifica-se que o trabalho informal já estava em expansão antes da pandemia de COVID-19, aspecto que se coaduna com a afirmação de que as autoridades públicas já não apresentavam um desempenho elogiável na condução da política econômica e, como se tem em conta que a informalidade expõe os trabalhadores a maiores riscos socioeconômicos, uma vez que não contam as garantias trabalhistas do trabalho formal, é possível considerar, com alguma margem de segurança, que se encontra em andamento a mais dramática involução do cenário socioeconômico brasileiro.

A deterioração do mercado de trabalho brasileiro, com a destruição de postos de trabalho formais se soma a redução de perspectivas para ingresso na informalidade, visto que os dados da PNAD Contínua para 2020 sinalizam reduções para as categorias definidas estritamente como ocupações informais.

Considerando plausíveis as maiores dificuldades para o ingresso no trabalho informal em decorrência das limitações decorrentes da pandemia de COVID-19¹⁴ e levando em considerações que as cidades pequenas têm elevados graus de informalidade nos mercados de trabalho, passa-se a abordagem da questão do trabalho

¹² “É o percentual de pessoas ocupadas na semana de referência em relação às pessoas em idade de trabalhar: [pessoas ocupadas / pessoas em idade de trabalhar] x 100”. (Brasil, 2014, p. 18).

¹³ “Composta pelo subgrupo de pessoas da força de trabalho potencial que não haviam realizado busca efetiva por trabalho por considerar que: não conseguiriam trabalho adequado; não tinham experiência profissional ou qualificação; não conseguiam trabalho por serem considerados muito jovens ou muito idosos ou não havia trabalho na localidade. Todavia, gostariam de ter um trabalho e estavam disponíveis para trabalhar na semana de referência.” (Brasil, 2021, p. 7).

¹⁴ Conforme Trovão (2020, p. 446): “A crise socioeconômica provocada pela pandemia da Covid-19 afetou o mundo do trabalho em todos os seus segmentos. Tanto trabalhadores formais quanto informais foram afetados pelas medidas de isolamento social adotadas para reduzir o ritmo da disseminação do vírus. A incerteza que cerca a atividade produtiva nesse momento, a paralisação e a queda na atividade de setores não essenciais afetaram o mercado de trabalho, diminuindo o nível de emprego, ampliando o desemprego e reduzindo a massa de renda da classe trabalhadora do país.”

informal nas cidades pequenas, buscando maior aproximação com a realidade nordestina.

TRABALHO INFORMAL NAS CIDADES PEQUENAS

Baseando-se em dados do último Censo Demográfico realizado pelo IBGE, em 2010, Fernandes (2018) indica que 23,4% dos municípios brasileiros tinham até 5.000 habitantes, em seguida, 21,8% tinham de 5.001 até 10.000 habitantes e 15,9% tinham de 10.001 até 15.000, ou seja, 61,1%, 77% dos municípios até 20 mil, 89,1% até 50 mil e quase 95% até 100.000 habitantes. Neste aspecto, pode-se afirmar que o fenômeno urbano no Brasil, em relação ao aspecto apenas do tamanho populacional, é caracterizado pela presença de cidades pequenas.

Em função das modestas bases econômicas, quase sempre, existentes nas cidades pequenas é possível afirmar que as possibilidades para geração de postos de trabalho no mercado de trabalho formal são limitadas, sendo plausível a ocorrência de elevada participação do setor informal no cômputo geral de oportunidades geradas. Aliás, também merece consideração que a economia informal desempenha papel relevante nas economias de países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil.

Ramos (2007, p. 33) analisou o comportamento do mercado de trabalho brasileiro, no período de 1992 até 2005, contrastando as áreas metropolitanas e não-metropolitanas. O autor apontou que ocorreu “uma elevação de quase 6 p.p. (de 38,3% para 43,9%) na informalidade metropolitana no período” e que “nas áreas não-metropolitanas há redução de cerca de 4 p.p. (de 58,5% para 53,7%) desse indicador entre 1992 e 2004”. Vale destacar que a redução nas áreas não-metropolitanas permitiu certa estabilização do indicador geral para o período, mas com percentual pouco acima de metade da força de trabalho ocupada no setor informal (50,4% em 2005). Ainda segundo o trabalho de Ramos (2007), a distribuição por regiões apontava o Nordeste com 68,6% em 1992, caindo para 66,1% em 2005, sendo a região com os maiores percentuais da força de trabalho ocupada no trabalho informal.

A fragilidade da estrutura produtiva do Semiárido recebeu de Gomes (2001) a denominação de “economia sem produção”¹⁵, por apresentar uma elevada dependência do setor público como fonte de geração de emprego e renda.

Lima e Gatto (2014), buscando verificar se persistia a fragilidade da base econômica no semiárido pernambucano, apontaram: a) transformações decorrentes de investimentos em infraestrutura e para assegurar a interiorização da educação (ambos com impactos positivos no setor de construção civil); b) ampliação da taxa de urbanização; c) crescimento do comércio varejista e atacadista; d) expansão de alguns setores industriais, como confecções e bebidas; e) fruticultura irrigada (Petrolina/PE) e; f) até maior dinamismo puxado pelo setor público (ampliação das transferências, expansão de serviços, como na área educacional, que aumentam o número de servidores públicos, aumentos reais do salário mínimo que impactam positivamente os rendimentos do trabalho e de aposentados e pensionistas, expansão do número de beneficiários do *Programa Bolsa Família*) na linha keynesiana de ampliação da demanda puxando a oferta, ou seja, impactando positivamente o comércio, a indústria,

¹⁵ De acordo com Gomes (2001, p. 149): os “agentes principais constitutivos dessa economia são os aposentados, os funcionários públicos e as prefeituras”.

ainda que de pequeno porte e o setor de serviços, conseqüentemente estimulando novos investimentos e assegurando maior dinamismo. Não obstante, ainda de acordo com os referidos autores, persistiam resistências que limitavam uma maior dinamização da economia do semiárido pernambucano, com destaque para a elevada participação do setor público na geração de emprego e renda.

Iniciativas do governo federal ao longo da primeira década do século XXI e anos iniciais da segunda década, tais como: a ampliação do Bolsa Família, a política de valorização do salário mínimo em virtude da importância das aposentadorias, principalmente a previdência rural, a ampliação da oferta de crédito, com destaque para os empréstimos consignados, além de programas como o Minha Casa, Minha Vida, ampliação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), dentre outras iniciativas, consubstanciaram-se na melhoria dos indicadores socioeconômicos do Nordeste e, em particular, do Semiárido, contudo a crise econômica que se intensificou, a partir de 2015, passou a representar sérias ameaças de reversão das melhorias observadas (Barreto Filho, 2018).

Trovão, Araújo, Montenegro (2019, p. 150), referindo-se ao mercado de trabalho nordestino afirmam que: “O emprego com carteira de trabalho assinada reduz sua participação simultaneamente a uma elevação do peso do emprego por conta própria” a partir de 2015, colocando em risco os avanços do período de 2002 a 2015, visto que tais melhorias não pareciam sugerir mudanças duradouras nos sistemas produtivos da região.

A acentuada dependência do setor público na geração de emprego e renda é um traço que persiste na economia das cidades pequenas do semiárido, em que predominam poucas perspectivas de inserção no trabalho formal, conseqüentemente, com elevadas taxas de informalidade no mercado de trabalho.

Silva (2017, p. 147), estudando o segmento dos vendedores ambulantes de gêneros alimentícios de Arapiraca/AL (semiárido alagoano), apontou que, em 2015, os trabalhadores sem carteira de trabalho assinada alcançavam 50,2% do total no estado de Alagoas e recebiam os menores salários. Silva (2017, p. 163) também apresenta dados sobre o trabalho informal para o município de Arapiraca/AL, ressaltando uma redução no percentual no período de 2000 para 2010, de 73,57% para 63,99%, mas ainda evidenciando um elevado nível de informalidade.

Kerr, Kendall, Aquino, Pescarini, Almeida & Barreto (2020, p. 4.099), a partir da incidência da COVID-19 em estados nordestinos, apontaram que:

A pobreza, a desigualdade e as altas taxas de trabalho informal fornecem pistas do porquê da intensidade da COVID-19 na região. Por outro lado, as medidas de mitigação tomadas precocemente pelos governantes amenizaram os efeitos da pandemia.

Os autores salientam que as condições socioeconômicas adversas, vivenciadas por parte significativa da população, são elementos potenciadores para a propagação de doenças infecciosas, inclusive da COVID-19. Por outro lado, salientam que as medidas estabelecidas de distanciamento social, proibição de funcionamento de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, fechamento de órgãos públicos, proibição de eventos, dentre outras providências, amenizaram os efeitos da pandemia.

Oliveira, Jardim, Teixeira (2020, p. 11), com base em Relatório de análise do

risco de disseminação da COVID-19 e avaliação de vulnerabilidade social nas microrregiões brasileiras elaborado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), afirmam que:

Foi possível constatar que aquelas [microrregiões] com maior risco de transmissão sustentada no curto prazo e com maior vulnerabilidade social estavam concentradas no Nordeste, especificamente nos estados do Ceará, Paraíba e Bahia. Essa previsão é confirmada posteriormente, em maio do mesmo ano, quando a região apresentou cerca de 30% do total de casos oficiais de COVID-19 no país, sendo aquela com a maior taxa de crescimento proporcional. Além disso, a maioria dos estados nordestinos apresentava letalidade acima do que é observado em média no país.

A elevada vulnerabilidade socioeconômica nas microrregiões do Nordeste e a confirmação das estimativas que a COVID-19 se alastraria pelo interior da região, atingindo as cidades pequenas e a área rural, fez com que as autoridades estabelecessem medidas sanitárias para tentar reduzir as pressões sobre os parques equipamentos de saúde pública com suporte de Unidades de Terapia Intensiva (UTI). Tais medidas de controle, evidentemente, tiveram impactos sobre as atividades produtivas e sobre o mercado de trabalho.

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Caracterização da área de estudo

O município de Alexandria situa-se na Região Geográfica Imediata de Pau dos Ferros, limitando-se com os municípios de Pilões/RN, Antônio Martins/RN, João Dias/RN, Tenente Ananias/RN e Marcelino Vieira/RN e com o estado da Paraíba, abrangendo uma área de 419 km² (Figura 1). Fica distante, aproximadamente, 382 km da capital do estado, Natal. (IBGE, 2020). Segundo dados de Brasil (2020), para o ano de 2020, a população estimada era de 13.553 habitantes.

Figura 1 – Mapa de Localização de Alexandria/RN

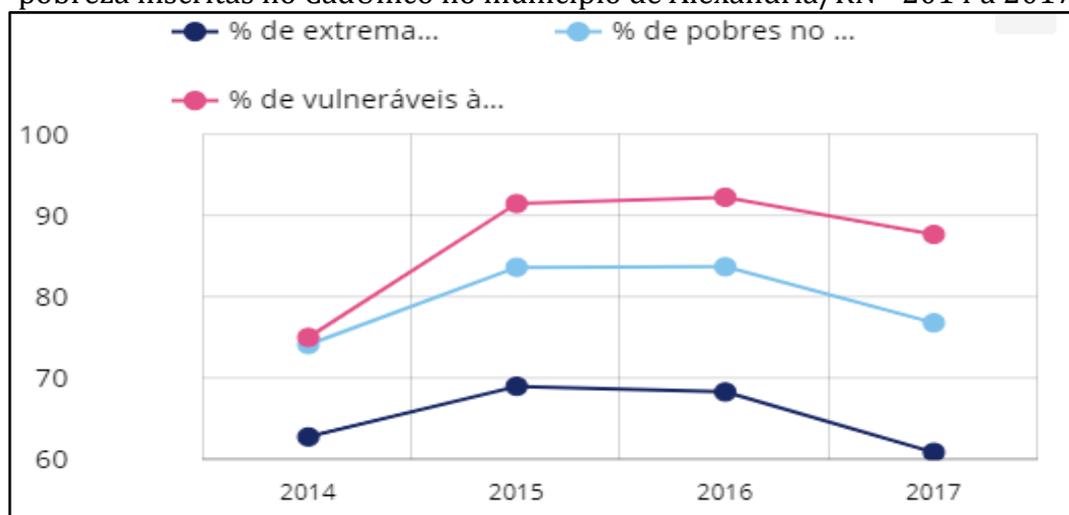


Trata-se de uma cidade pequena, em que existem poucas oportunidades de emprego formal, restando a informalidade como alternativa para a obtenção de emprego e renda. Alexandria/RN apresenta um número pequeno de empresas, apenas 189 formalmente constituídas, sendo a maioria micro e pequenas empresas, voltadas, principalmente, para a comercialização de alimentos, roupas, calçados, eletroeletrônicos, gerando 917 postos de ocupações remuneradas (Brasil, 2018). Saliente-se ainda que, boa parte dos empregados em estabelecimentos existentes em Alexandria/RN não conta com os benefícios assegurados pela legislação, encontrando-se na informalidade e recebendo remunerações, na maioria das vezes, inferiores a um salário mínimo.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Alexandria/RN era 0,467, em 2000, e passou para 0,606, em 2010, uma evolução do índice de 29,76%, fazendo o município avançar da faixa de baixo para médio desenvolvimento. As três dimensões que compõem o IDHM melhoraram no período de 2000 para 2010: o IDHM Longevidade avançou 10,34%, o IDHM Educação aumentou 63,12% e o IDHM Renda avançou 21,29%. (PNUD, 2021).

O Atlas do Desenvolvimento Humano traz dados do CadÚnico do Programa Bolsa Família relacionados a pobreza. Os dados de Alexandria/RN, para o período de 2014 a 2017, são apresentados no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Evolução das proporções de extremamente pobres, pobres e vulneráveis à pobreza inscritos no CadÚnico no município de Alexandria/RN - 2014 a 2017



Fonte: PNUD (2021).

Os dados, de 2014 para 2015, apontam o crescimento das proporções de pessoas extremamente pobres (com renda familiar *per capita* mensal inferior a R\$ 70,00), da proporção de pessoas pobres (com renda familiar *per capita* mensal inferior a R\$ 140,00) e da proporção de pessoas vulneráveis à pobreza (com renda familiar *per capita* mensal inferior a R\$ 255,00) inscritos no CadÚnico. Para o período de 2014 a 2017, observa-se o seguinte: a proporção de pessoas extremamente pobres passou de 62,84%, em 2014, para 60,94%, em 2017; a proporção de pessoas pobres era de 74,21%, em 2014, e 76,88%, em 2017; e a proporção de pessoas vulneráveis à pobreza era de 75,09%, em 2014, e 87,76%, em 2017. (PNUD, 2021).

Os dados do PIB municipal são apresentados na Tabela 2 e se referem ao ano de 2018.

Tabela 2 – PIB municipal de Alexandria/RN (2018)

PIB de Alexandria/RN	R\$
PIB a preços correntes (x1.000)	130.588,51
PIB per capita	9.600,68
VAB total (x1.000)	124.887,15
Agropecuária (X1.000)	4.524,44
Indústria (X1.000)	3.004,56
Serviços - Exclusive Administração, Defesa, Educação e Saúde Públicas e Seguridade Social (X1.000)	49.209,21
Administração, Defesa, Educação e Saúde Públicas e Seguridade Social (X1.000)	68.148,94
Impostos, Líquidos de Subsídios, sobre Produtos, a Preços Correntes (X1.000)	5.701,36

Fonte: Brasil (2021).

Os dados apresentados na Tabela 2 evidenciam a modéstia da base produtiva, com Agropecuária e Indústria alcançando pouco mais de 6% do Valor Adicionado Bruto (VAB) Total e predominância da Administração Pública, seguida pelo Setor de Serviços.

O mercado de trabalho em Alexandria/RN, no início do século XXI, refletia o pouco dinamismo da economia local, conforme se verifica nos dados da Tabela 3.

Tabela 3 – Situação ocupacional da população de 18 anos ou mais - Alexandria/RN - 2000 e 2010

SITUAÇÃO OCUPACIONAL	2000	2010
Taxa de atividade - 18 anos ou mais de idade	48,35	48,83
Taxa de desocupação - 18 anos ou mais de idade	9,76	11,26
Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais	27,84	20,59
NÍVEL EDUCACIONAL DOS OCUPADOS		
% dos ocupados com ensino fundamental completo	25,31	39,29
% dos ocupados com ensino médio completo	17,69	28,48
RENDIMENTO DOS OCUPADOS		
% dos ocupados com rendimento de até 1 salário mínimo (de ago/2010)	83,02	62,10
% dos ocupados com rendimento de até 2 salários mínimo (de ago/2010)	94,31	90,17

Fonte: PNUD (2021).

A origem dos dados apresentados pelo PNUD (2021) é dos Censos Demográficos de 2000 e 2010, verificando-se que:

[...] a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais, ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa no município, passou de 48,35% para 48,83%. Ao mesmo tempo, a taxa de desocupação nessa faixa etária, isto é, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada, passou de 9,76% para 11,26%. No município, o grau de formalização entre a população ocupada de 18 anos ou mais de idade passou de 27,84%, em 2000, para 20,59%, em 2010.

Considerando a População Economicamente Ativa (PEA), a população com mais de 18 anos, percebe-se um pequeno crescimento no período de 2000 para 2010, ampliando-se também a taxa de desocupação em 1,5% e ocorrendo uma redução substancial da taxa de formalização com menos 7,25%. Em relação aos níveis de escolaridade entre os ocupados, verifica-se que ocorreram avanços nos percentuais daqueles que concluíram o Ensino Fundamental e dos que concluíram o Ensino Médio. Já o padrão de rendimento continuou, razoavelmente baixo, com 90,17% recebendo até dois salários mínimos de referência em agosto de 2010.

Procedimentos metodológicos

Para a elaboração do trabalho foi utilizada a pesquisa descritiva. Utilizou-se a abordagem quali-quantitativa para exposição e discussão dos dados coletados na pesquisa de campo. Considerando os aspectos da fundamentação teórico-metodológica, utilizou-se a pesquisa bibliográfica. Para tanto, foram estudadas referências em revistas, livros, teses, dissertações, disponíveis em meios físicos e eletrônicos.

No que diz respeito aos meios de investigação, optou-se pela pesquisa de campo. O questionário foi estruturado para abordar as características do trabalho informal na cidade Alexandria/RN. A técnica adotada para a obtenção de dados e informações na pesquisa de campo foi a utilização de questionário, em seguida, as informações e dados coletados foram sistematizados em planilhas e elaborados gráficos para facilitar a exposição e análise.

Para a execução do trabalho de campo foi realizado levantamento preliminar de informações. O propósito do levantamento preliminar foi mapear os locais da cidade que ainda apresentavam atividades do setor informal, uma vez que a situação de pandemia já estava limitando, consideravelmente, o funcionamento dos negócios.

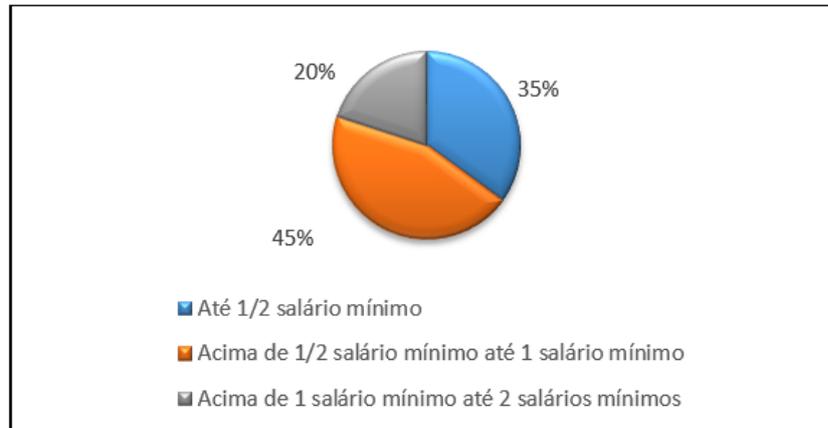
Ainda na fase preliminar foi realizado levantamento de dados junto a Prefeitura de Alexandria/RN, sendo verificada a existência de um cadastro com 148 empreendimentos informais. Saliente-se que o Cadastro contemplava o período anterior a pandemia de COVID-19 e a realidade percebida na visitação aos locais de maior concentração de atividades informais já deixava evidente que o número tinha caído bastante.

Assim, a partir das informações cadastrais, optou-se por realizar a busca ativa pelo maior número possível dos 148 empreendimentos informais, sendo realizada a pesquisa em 40 (quarenta) estabelecimentos, representando 27% do universo cadastrado pela Prefeitura.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Gráfico 2 apresenta dados sobre o rendimento salarial médio dos trabalhadores informais da cidade Alexandria/RN.

Gráfico 2 - Rendimento salarial médio do grupo pesquisado no trabalho informal em Alexandria/RN



Fonte: Aatoria Própria (2021).

Observa-se, no Gráfico 2, que 45% dos trabalhadores declararam alcançar um rendimento mensal acima de $\frac{1}{2}$ até um salário mínimo¹⁶, enquanto um percentual de 35% relatou alcançar até $\frac{1}{2}$ salário mínimo com o trabalho informal. Dos demais pesquisados, 20% dos trabalhadores indicaram que a renda mensal obtida no trabalho informal é acima de um salário mínimo até dois salários.

Tais informações compactuam com a afirmação de Aguiar (2008) sobre os baixos rendimentos obtidos na atividade informal, uma vez que os trabalhadores envolvidos não contam com os direitos trabalhistas relacionados ao trabalho formal, submetendo-se, em geral, ao recebimento de remunerações baixas. Xavier (2014) levantou os seguinte dados referentes a renda obtida pelos ambulantes da Praia de Ponta Negra em Natal/RN: 30% até um salário mínimo; 48,3% de um a dois salários mínimos; 18,3% de dois a três salários mínimos e; 3,3% de três a quatro salários mínimos.

A recorrência nas pesquisas que levantam informações sobre os trabalhadores do mercado informal é a obtenção de remunerações baixas, quase sempre, abaixo de um salário mínimo, conforme o verificado em Alexandria/RN em que 80% declararam alcançar até um salário mínimo de renda mensal proveniente do trabalho informal.

O Gráfico 3 apresenta dados sobre a jornada de trabalho dos trabalhadores informais da cidade Alexandria/RN.

¹⁶ O salário mínimo vigente no Brasil, em 2021, é de R\$ 1.100,00.

Gráfico 3 - Jornada de trabalho do grupo pesquisado no trabalho informal em Alexandria/RN



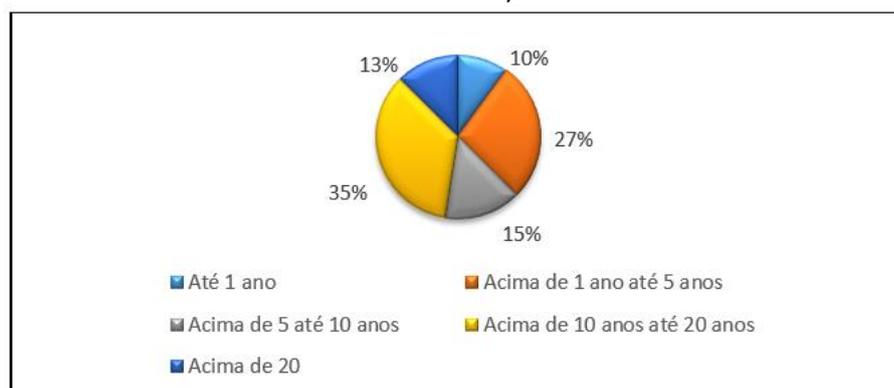
Fonte: Autoria Própria (2021).

No que diz respeito a jornada de trabalho do grupo de trabalhadores pesquisados, percebe-se, no Gráfico 3, que 48% informaram a realização de jornadas superiores a 40 horas semanais, dos quais, 10% afirmando que trabalham mais de 50 horas até o limite de 60 horas semanais. Como a jornada de trabalho estabelecida na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) é de 44 horas semanais se constata a extrapolação do limite legal. Saliente-se que a situação de pandemia da COVID-19 pode ser considerada como atenuante de jornadas ainda mais extensas em condições de normalidade.

As jornadas de trabalho extensas são características do trabalho informal, principalmente em situações na qual as atividades exercidas são de feirantes e comércio informal que, geralmente, requerem dos trabalhadores maiores cargas horárias de trabalho. Um exemplo, apresentado por Xavier (2014, p. 91), diz respeito as jornadas extensas de trabalho informal dos vendedores ambulantes da praia de Ponta Negra em Natal/RN, em que 8,3% dos pesquisados informaram trabalhar nos três turnos (manhã, tarde e noite), 65% apontaram dois turnos (manhã e tarde), sendo que 43,3% trabalham seis dias por semana e 41,7% trabalham sete dias por semana.

O Gráfico 4 apresenta dados sobre o tempo de trabalho dos trabalhadores informais da cidade Alexandria/RN.

Gráfico 4 - Tempo de trabalho informal do grupo pesquisado no trabalho informal em Alexandria/RN



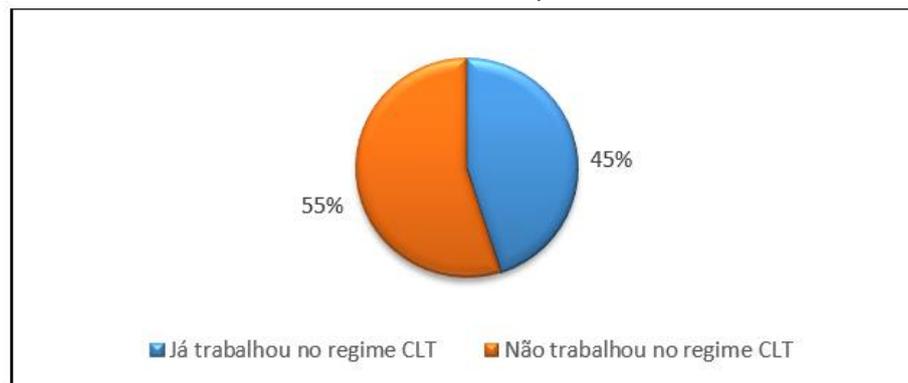
Fonte: Autoria Própria (2021).

Sobre a permanência no mercado de trabalho informal verificou-se que, dos trabalhadores informais pesquisados, 35% está no trabalho informal há mais de 10 anos até 20 anos (faixa predominante); 13% dos pesquisados com mais de 20 anos de trabalho informal; enquanto o restante trabalha no mercado informal há menos de 10 anos, sendo 13% até um ano; 27% acima de um ano até cinco anos e; 15% acima de cinco anos até 10 anos.

Levando-se em consideração que 15% do grupo de trabalhadores pesquisados está na faixa etária acima de 59 anos (dados sobre faixa etária obtidos em levantamento de campo) é possível supor que, do grupo pesquisado, aqueles que já tiveram experiências no mercado de trabalho formal não conseguiram uma longa permanência. Ademais, o longo tempo de permanência no mercado de trabalho informal de Alexandria/RN, em que 48% dos pesquisados têm mais de 10 anos de experiência não se coaduna com a tendência observada de baixo tempo de permanência de trabalhadores no mercado informal nas décadas de 1980 e 1990, conforme indicou trabalho de Cury e Menezes-Filho (2006).

O Gráfico 5 apresenta dados sobre a existência de experiência de trabalho formal antes de ingressar no trabalho informal da cidade Alexandria/RN.

Gráfico 5 – Experiência com trabalho formal do grupo pesquisado no trabalho informal em Alexandria/RN



Fonte: Autoria Própria (2021).

Os dados indicam que 45% dos trabalhadores pesquisados tiveram alguma experiência no mercado de trabalho formal, enquanto a maior parcela do grupo pesquisado, 55%, não teve nenhuma experiência com trabalho formal¹⁷. Foi questionado ao grupo de 45% dos trabalhadores informais que já tiveram acesso ao mercado de trabalho formal sobre os principais motivos para sair da formalidade.

O Gráfico 6 apresenta dados sobre os motivos para saída do mercado de trabalho formal. A questão foi respondida apenas pelos que tiveram alguma experiência no mercado de trabalho formal.

¹⁷ De acordo com Henley, Arabsheibani e Carneiro (2009) *apud* Pereira, Galvão, Maxir (2018), pode-se mensurar a informalidade a partir de três maneiras, considerando: a) os trabalhadores sem carteira assinada; b) os trabalhadores sem contribuição para a Previdência Social; e c) os trabalhadores sem carteira assinada e sem contribuição para a Previdência Social.

Gráfico 6 – Motivos para saída do trabalho formal



Fonte: Autoria Própria (2021).

No Gráfico 6, nota-se um mesmo percentual na motivação dos trabalhadores informais para sair da modalidade de trabalho formal, com 39% por “Decisão Pessoal” e também para “Demissão”. Os demais, 22%, preferiram não especificar as razões e responderam “Outros Motivos”.

Importante destacar que o mercado de trabalho formal no município de Alexandria/RN é modesto, acompanhando o padrão das cidades pequenas do Semiárido. Em 2018, existiam 914 pessoas empregadas no mercado formal, distribuídas da seguinte forma: 3,17% trabalhando no setor da Indústria, 11,82% no setor de Comércio, 84,68% em Serviços e 0,33% na Agropecuária. (Ministério da Economia, 2021). Para salientar a capacidade de geração de emprego no mercado formal no município de Alexandria/RN, destacam-se dados do número de admitidos e desligados no triênio de 2017 a 2019. Em 2017 foram admitidos 26 e desligados 24; em 2018 foram admitidos 21 e desligados 38 e; em 2019 foram admitidos 52 e desligados 33 (Ministério da Economia, 2021).

O Gráfico 7 apresenta dados sobre as atividades exercidas pelos trabalhadores informais da cidade Alexandria/RN.

Gráfico 7 - Atividades informais do grupo pesquisado no trabalho informal em Alexandria/RN



Fonte: Autoria Própria (2021).

As atividades exercidas pelos trabalhadores informais do grupo pesquisado estão representadas em “Comércio Varejista”; “Prestação de Serviços” e “Construção Civil”.

Dentre as atividades apresentadas no Gráfico 7, destacam-se as atividades relacionadas ao Comércio varejista, indicadas por 87% do grupo de trabalhadores pesquisados.

Fazendo um detalhamento do segmento do Comércio Varejista, verifica-se que o local identificado com maior concentração de trabalhadores do mercado informal foi a área em que ocorre a feira livre.

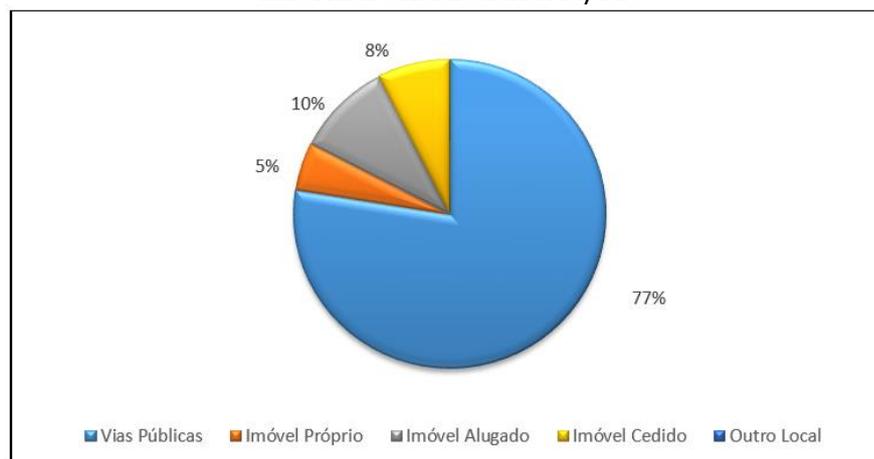
A feira livre, por ser um importante centro local para a comercialização de alimentos, foi mantida aberta, embora com algumas restrições para o funcionamento, constituindo-se num espaço prioritário para a realização da pesquisa de campo. Também foram apontadas atividades em mercearias e mercadinhos, lojas de vestuário e de calçados. Saliente-se que alguns ramos do Comércio Varejista foram mais afetados pelas normas restritivas estabelecidas pelas autoridades sanitárias em decorrência da COVID-19, como, por exemplos, o ramo de bares e estabelecimentos similares e o fechamento de áreas de festas e de lazer que atraíam muitos comerciantes informais.

Do Setor de Serviços (exclusive o Comércio Varejista) foram citados: Salão de Beleza, transporte de passageiros em vans e moto taxistas, correspondendo a 10% do total pesquisado. Saliente-se que as dificuldades relacionadas a pandemia de COVID-19 limitaram as possibilidades para localização e abordagem de maior contingente de pessoas que trabalham no mercado informal em atividades de Prestação de Serviço.

Outro segmento que se encontra pouco representado, em decorrência da pandemia de COVID-19 no total pesquisado, foi o da construção civil, apenas com 3%. Pode-se considerar plausível que, num cenário de normalidade, o segmento da construção civil seria responsável por gerar boa parte dos postos de trabalho quase que, exclusivamente, sem o estabelecimento de vínculos formais.

O Gráfico 8 apresenta dados sobre o local de trabalho dos trabalhadores informais da cidade Alexandria/RN.

Gráfico 8 - Local de exercício da atividade informal do grupo pesquisado no trabalho informal em Alexandria/RN

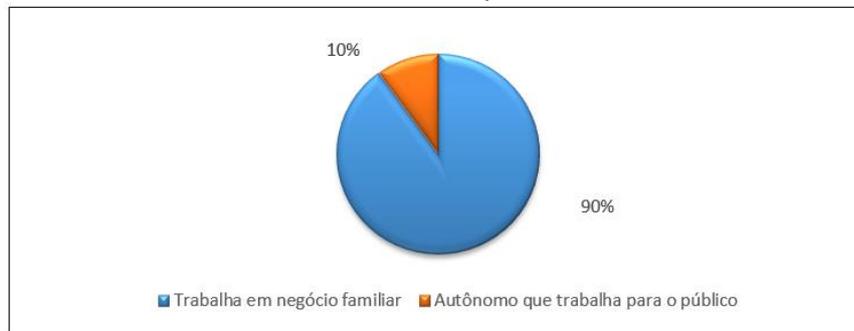


Fonte: Autoria Própria (2021).

A respeito do ambiente de trabalho dos trabalhadores pesquisados é observado, no Gráfico 8, que existiu uma predominância das “Vias Públicas”, com 77% do total. Em ordem decrescente de indicações, observaram-se os seguintes dados: 10% trabalhando em imóveis alugados; 8% em imóveis cedidos e 5% em imóveis próprios.

O Gráfico 9 apresenta dados sobre a categoria de trabalho dos trabalhadores informais da cidade Alexandria/RN.

Gráfico 9 - Categoria de trabalho do grupo pesquisado no trabalho informal em Alexandria/RN



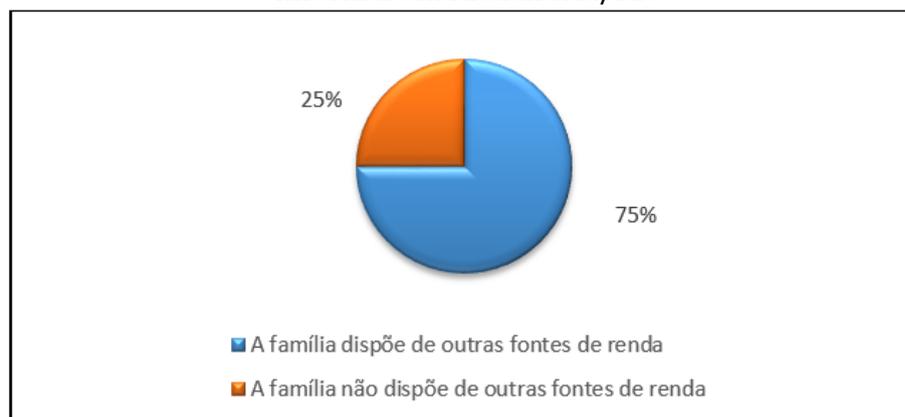
Fonte: Autoria Própria (2021).

Sobre a categoria de trabalho do grupo de trabalhadores pesquisados, Gráfico 9, identificou-se que o enquadramento predominante foi “Trabalha em negócio familiar”, com 90% do total, e 10% enquadram-se como trabalhadores autônomos, atuando com prestação de serviços ao público.

É importante ressaltar que os negócios familiares têm uma forte presença no Rio Grande do Norte. Levantamento do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE-RN), realizado em 2016, apontou que as empresas familiares representavam 49% dos pequenos negócios do estado. (Redação, Agência Sebrae de Notícias, 2016).

O Gráfico 10 apresenta dados sobre a existência de outras fontes de renda no grupo familiar dos trabalhadores informais da cidade Alexandria/RN.

Gráfico 10 - Outras fontes de renda na família do grupo pesquisado no trabalho informal em Alexandria/RN



Fonte: Autoria Própria (2021).

Sobre a composição da renda familiar dos trabalhadores informais do grupo pesquisado, observa-se, no Gráfico 10, que 75% das famílias dispunham de outras fontes de renda, enquanto 25% das famílias indicaram apenas a renda proveniente do trabalho informal.

O Gráfico 11 apresenta dados sobre a fonte de renda principal no grupo familiar dos trabalhadores informais da cidade Alexandria/RN.

Gráfico 11 - Fonte de renda principal na família do grupo pesquisado no trabalho informal em Alexandria/RN



Fonte: Aatoria Própria (2021).

Embora o maior percentual das famílias dos trabalhadores informais tenha indicado a existência de outras fontes de renda, além da renda adquirida pelo trabalho informal (Gráfico 10), observa-se que, para 85% das famílias, a renda principal era aquela proveniente do trabalho informal e para 15% dos pesquisados a principal fonte de renda familiar foi a proveniente de atividades/fontes distintas (Gráfico 11).

CONCLUSÕES

A modéstia da economia local foi demonstrada, inclusive, pelos dados sobre o mercado de trabalho formal, notadamente, com o setor da Indústria que, em 2018, era responsável por apenas 3,17% dos empregos formais, pelo perfil de empresas quase que exclusivamente constituído por microempresas e de pequeno porte e pelos baixos salários alcançados pela força de trabalho. Em função do cenário econômico municipal não surpreende que o mercado de trabalho informal se constitua em solução para geração de ocupações e renda para os alexandrienses.

Em relação as principais características do trabalho informal do grupo pesquisado de trabalhadores informais da cidade de Alexandria RN, verificou-se a predominância de pesquisados atuando no comércio varejista, com destaque para o comércio de rua praticado na feira livre de Alexandria/RN, cuja renda mensal para a grande maioria, 80%, era de até um salário mínimo, com 25% das famílias dos pesquisados contando apenas com o rendimento obtido no mercado de trabalho informal para manter as despesas e 85% indicando o mercado de trabalho informal como a principal fonte de rendimento familiar.

Os trabalhadores pesquisados apresentaram regularidade em relação ao tempo de permanência, com 63% atuando há mais de cinco anos no mercado de trabalho informal, realizando, quase sempre, jornadas de trabalho acima de 40 horas semanais, mesmo no período de restrições das atividades em decorrência da pandemia de COVID-19, sendo que 55% dos pesquisados não tiveram experiências no mercado de trabalho formal e, entre os 45% que trabalharam no setor formal da economia, apurou-se que os principais motivos alegados para a saída foram por demissão (39%) ou por decisão pessoal (39%).

REFERÊNCIAS

- Aguiar, B. T. D. (2008). O mercado de trabalho brasileiro e a informalidade.
- Antunes, R. (1994). *Adeus ao Trabalho? As metamorfoses no mundo do trabalho e dimensões da crise do sindicalismo*. (Doctoral dissertation, Tese de Livre Docência. UNICAMP, IFHC).
- Baltar, P. (2003). Estrutura econômica e emprego urbano na década de 1990. *Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos, 90*, 107-152.
- Barreto Filho, B. de F. *Alto Oeste Potiguar (1700-2017): estrutura econômica, dinâmica urbana e regionalização*. (Dissertação de Mestrado, UERN, PLANDITES).
- Brasil, I. B. G. E. (2010). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico, 2010*.
- Brasil, I. B. G. E. (2020). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Canal @Cidades, Alexandria/RN, 2020*.
- Brasil, I. B. G. E. (2020). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2020, 2020*.
- Brasil, I. B. G. E. (2018). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Cadastro Central de Empresas, Alexandria/RN, 2018*.
- Brasil, I. B. G. E. (2021). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, 2021*.
- Brasil, I. B. G. E. (2014). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Notas Metodológicas, 2014*.
- Braverman, H. (1987). *Trabalho e capital monopolista*. Rio de Janeiro: LTC Editora.
- Curi, A. Z., & Menezes-Filho, N. A. (2006). O mercado de trabalho brasileiro é segmentado? Alterações no perfil da informalidade e nos diferenciais de salários nas décadas de 1980 e 1990. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, 36(4), 867-899.
- Dedecca, C. S. (2003). Anos 90: a estabilidade com desigualdade. *Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos, 90*, 71-106.
- Endlich, A. M. (2006). *Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná*. (Tese doutorado, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia).

Fernandes, P. H. C. (2018). O urbano brasileiro a partir das pequenas cidades. *Revista Geoaraguaia*, 8(1).

Fornazier, A., & Oliveira, A. L. M. D. (2013). O ideário neoliberal no Brasil na década de 1990 e suas implicações no trabalho e nos setores produtivos. *Oikos (Rio de Janeiro)*, 12 (1), 87-111.

Kerr, L., Kendall, C., Silva, A. A. M. D., Aquino, E. M. L., Pescarini, J. M., Almeida, R. L. F. D., ... & Barreto, M. L. (2020). COVID-19 no Nordeste brasileiro: sucessos e limitações nas respostas dos governos dos estados. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25, 4099-4120.

Kon, A. (2004). Diversidades nas condições de informalidade do trabalho brasileiro. *Encontro nacional de economia ANPEC*, 32.

Lima, J. P. R., & Gatto, M. F. (2014). A ECONOMIA DO SEMIÁRIDO DE PERNAMBUCO: AINDA “SEM PRODUÇÃO”? *Revista Economia e Desenvolvimento*.

Lima, T. B. D., & Costa, M. D. S. (2016). Trabalho informal: uma revisão sistemática da literatura brasileira na área de Administração entre 2004 e 2013. *Cadernos EBAPE.BR*, 14(2), 310-324.

Marx, K. (1983). *O Capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Abril Cultural.

Ministério da Economia. (2021). *Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), 2021*.

Ministério da Economia. (2021). *Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), 2021*.

Oliveira, P. R., Jardim, S. C., & Teixeira, E. C. (2020). Pandemia da COVID-19 e ocupação no mercado de trabalho: o caso da Região Nordeste do Brasil. *Revista Econômica*, 22(1).

Pereira, R. M., Galvão, M. C., & Maxir, H. D. S. (2018). Determinantes do emprego secundário e informalidade: evidências adicionais para o mercado de trabalho brasileiro. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 35.

Pires, J. B. (2012). *Economia e trabalho: um estudo de caso no município de Campos Borges*. (Graduação em Ciências Econômicas, UFSC).

Pochmann, M. (1999). O Trabalho sob fogo cruzado. *São Paulo: Contexto*.

Pochmann, M. (2013). Estrutura de Classe do Capitalismo Industrial em transição. In: *Classes? Que classes?*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). (2021). *Atlas do Desenvolvimento Humano. Alexandria/RN. 2021*.

Ramos, L. (2007). *O desempenho recente do mercado de trabalho espacial: tendências, fatos estilizados e padrões brasileiros* (nº 1255).

Redação. (2016, 30 de agosto). Empresas familiares representam 49% dos pequenos negócios do RN. *Agência Sebrae de Notícias (ASN)*, sem edição, sem paginação.

Rocha, L. C. S., & Pelogio, E. A. (2018). Diagnóstico da Economia Informal em um Município de Pequeno Porte no Sul de Minas Gerais. *Revista Administração em Diálogo-RAD*, 20(2), 19-45.

Secretaria Estadual de Saúde Pública do Rio Grande do Norte (SESAP-RN). (2021). *Portal COVID-19, 2021*.

Secretaria Estadual de Saúde Pública do Rio Grande do Norte (SESAP-RN). (2021). *Portal COVID-19, INFORME EPIDEMIOLÓGICO CORONAVÍRUS (COVID-19) EDIÇÃO ESPECIAL, SEMANA EPIDEMIOLÓGICA 15, PANORAMA EPIDEMIOLÓGICO, 2021*.

Silva, J. G. S. (2017). *Cenas alagoanas na informalidade de rua: um olhar sobre os vendedores ambulantes do semiárido alagoano*. (Tese Doutorado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro).

Trovão, C. J. B. M., de Araújo, J. B., & Montenegro, R. F. (2019). Economia, trabalho e renda no Nordeste brasileiro do início do século XXI. *RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico*, 1(42).

Trovão, C. J. B. M. (2020). Programas emergenciais e pandemia: impactos sobre a massa de renda e a desigualdade no Brasil a partir de um recorte macrorregional. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 16(4).

Ulisses, G. (2006). Informalidade no mercado de trabalho: uma resenha da literatura. *Revista Brasileira de Economia Política*, 26 (4), 596-618.

Xavier, D. (2014). Mobilização de competências na atividade informal do vendedor ambulante na praia de Natal (RN). (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte).

Cronologia do Processo Editorial

Editorial Process Chronology

Recebido em: 10/05/2022

Aprovado em: 23/06/2022

Received in: May 10, 2022

Approved in: June 23, 2022